ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NO INÍCIO DO PROCESSO DE ESCRITA

JULIANA VENANCIO DE PAULA

RESUMO
Como alguns países se ajustaram às etapas iniciais da alfabetização e a insuficiência da educação no Brasil, que ainda preserva algumas práticas tradicionais. Os desentendimentos entre as práticas de leitura e escrita podem resultar em equívocos sobre o objetivo de cada uma, o que pode afetar de forma considerável o aprendizado. Outro desafio é que os estudantes demonstram pouco interesse pela leitura e preferem trabalhar com a tecnologia de telefonia móvel, seus aplicativos e outros aparelhos eletrônicos. A ausência de suporte na educação dos estudantes, especialmente no primeiro ciclo de alfabetização, que corresponde aos três primeiros anos do ensino fundamental, aliada aos problemas citados anteriormente, faz com que a maioria dos estudantes não consiga concluir o primeiro ciclo de alfabetização sem qualquer tipo de educação.

Palavras chaves: Adequação; escolarização; alfabetização.

ABSTRACT
Como alguns países se ajustaram às etapas iniciais da alfabetização e a insuficiência da educação no Brasil, que ainda preserva algumas práticas tradicionais. Os desentendimentos entre as práticas de leitura e escrita podem resultar em equívocos sobre o objetivo de cada uma, o que pode afetar de forma considerável o aprendizado. Outro desafio é que os estudantes demonstram pouco interesse pela leitura e preferem trabalhar com a tecnologia de telefonia móvel, seus aplicativos e outros aparelhos eletrônicos. A ausência de suporte na educação dos estudantes, especialmente no primeiro ciclo de alfabetização, que corresponde aos três primeiros anos do ensino fundamental, aliada aos problemas citados anteriormente, faz com que a maioria dos estudantes não consiga concluir o primeiro ciclo de alfabetização sem qualquer tipo de educação.

Keywords: Adequacy; schooling; literacy

INTRODUÇÃO

A inclusão de um novo método de aprendizado, a alfabetização, no currículo. Termos que recentemente se incorporaram ao nosso vocabulário. A palavra se desentendeu com antigos costumes de leitura e escrita, aparentemente apenas gerando dúvidas. Com a Revolução Francesa, as escolas se tornaram gratuitas e universais, sob a supervisão da autoridade pública por meio de uma legislação unificada e centralizada, com o objetivo de promover a popularização e a normalização. A questão era estabelecer um calendário que possibilitasse a professores leigos instruir um grande número de crianças de maneira ágil, eficiente, segura e economicamente viável. Portanto, foram mobilizados recursos para realizar viagens ao exterior com o objetivo de adquirir mais conhecimento sobre os sistemas de outras nações.

A Alemanha se destacou pela grande quantidade de escolas primárias e pela ênfase na formação profissional dos professores. Países Baixos, métodos de modernização que empregam painéis. Porém, a Inglaterra parece ter contribuído de maneira crucial. Em 1803, aconteceu o primeiro grande embate educacional neste país entre os apoiadores de Andre Bell e Joseph Lancaster. O trabalho de Bell é detalhado em um documento de 1798, baseado em suas vivências diárias com crianças hindus em Madras.

No ano de 1803, Lancaster retomou os conceitos de Bell e publicou uma experiência extremamente bem-sucedida, adotando um método parecido, se não igual ao sugerido por Bell, que reivindicava a primazia na descoberta. Gradualmente, o aprendizado da escrita deixou de influenciar negativamente o aprendizado da leitura, o que marcou uma transformação crucial na história subsequente da alfabetização. A concepção de ensino simultâneo não era algo inédito. Contudo, há duzentos anos, as pessoas iniciaram a fusão dessas duas práticas. Apesar das similaridades entre as duas práticas, essa conexão não deve ser interpretada como uma

estratégia pedagógica para o ensino simultâneo de leitura e escrita.

A alfabetização, por assim dizer, consiste no ensino do alfabeto e da leitura, que teoricamente deveria ser aplicado aos alunos das fases iniciais do ensino básico, ao passo que a alfabetização consiste no ensino da leitura e da escrita por quem tem proficiência na leitura e na escrita, para que aplique com competência e regularidade.

A CRIANÇA NA FASE INICIAL DA ESCRITA

Alguns países contemporâneos conseguiram colocar em prática projetos que promoveram a alfabetização e superaram as restrições das sociedades baseadas na oralidade. Contudo, outros parecem ter fracassado em seus esforços. A pobreza, a fome, as enfermidades e a marginalização social estão fortemente associadas ao analfabetismo de uma vasta parcela da população dessas nações. Insucesso escolar ou fracasso social? E a nova situação gerada pelo uso variado da escrita suscita mais uma pergunta: é necessário sonhar de maneira diferente?

Na antiguidade, os alunos alfabetizavam-se aprendendo a ler algo já escrito e depois copiado. Começavam com palavras e depois passavam para textos famosos, que eram estudados exaustivamente. Finalmente, passavam a escrever seus próprios textos. O trabalho desse processo era o segredo da alfabetização. (Cagliari 1998, p. 15).

Posteriormente, os jesuítas introduziram o processo de leitura e escrita no Brasil, ensinando como ler e escrever. Paiva (2003, p. 43) admite que "desde a sua chegada ao Brasil, os jesuítas fundaram escolas e começaram um processo de alfabetização focado principalmente no ensino de leitura, escrita, canto e contação". No entanto, no Brasil, o processo de alfabetização não se diferenciava muito dos métodos utilizados na antiguidade. Infelizmente, neste país, os docentes ainda ensinam de maneira monolítica e mecânica, gerando enormes desigualdades na formação educacional das crianças nas séries iniciais do ensino fundamental. Com base no documento de Ramos (1953, p. 102) É possível observar a forma mecânica dele e também compreender o processo de aquisição. Ele escreveu:

Enfim consegui familiarizar-me com as letras quase todas. Aí me exibiram outras vinte e cinco, diferentes da primeira e com os mesmos nomes delas. Atordoamento, preguiça, desespero, vontade de acabar-me. Veio terceiro alfabeto, veio quarto, e a confusão se estabeleceu um horror de quiproquós. Quatro sinais com uma só denominação. Se me habituasse às maiúsculas, deixando as minúsculas para mais tarde, talvez não me embrutecesse. Jogaram-me simultaneamente maldades grandes e pequenas, impressas e manuscritas. (Ramos 1953, p. 102).

No Brasil, devido à negligência das autoridades responsáveis, a educação sempre foi deixada em segundo plano em relação às classes menos favorecidas (além de ser negligenciada em áreas como saúde pública, segurança e outros problemas sociais). A educação pré-escolar é um programa social específico que visa prevenir o desenvolvimento social, que é um pré-requisito para a educação. Um exemplo de como o conceito de alfabetização evoluiu ao longo dos anos para determinar a capacidade de leitura e escrita de alguém é o critério usado em censos passados, que determina se uma pessoa é analfabeta ou não, ao invés de avaliar seu grau de instrução. Para alcançar essa meta, os métodos "razoáveis" se resumiam a uma única questão: se o indivíduo sabia escrever seu próprio nome. Assim, o censo começou a ser realizado.

Você tem habilidade para ler e redigir notas básicas? Duas questões foram formuladas para diferenciar aqueles que apenas sabem escrever o próprio nome e os que possuem mais conhecimento. Independentemente de qualquer diferença, a meta principal era a escolha. Devido ao elevado número de analfabetos, a proporção de eleitores era bastante reduzida em relação ao total de residentes aptos a votar. Para ampliar o número de votantes, o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) foi estabelecido para pessoas analfabetas com mais de 18 anos, possibilitando que essas pessoas aprendam a ler e escrever seus próprios nomes. De acordo com a proposta de alfabetização, as duas questões mencionadas estavam longe

de se adequar ao conceito ou mesmo à sua implementação, mas já indicavam um avanço nessa direção.
O surgimento do fenômeno da alfabetização (termo recentemente incorporado ao nosso vocabulário educacional) indica que a alfabetização por si só já não é adequada, necessitando de complementos além da codificação e decodificação das palavras. Os complementos que lhe são ensinados indicam a sua necessidade. Por meio do processo de alfabetização.
A questão não se limita apenas ao ensino de leitura e escrita, mas também a complementar o que foi aprendido com habilidades de leitura e escrita. O seu foco precisa estar nesse sentido. Como podemos motivar as pessoas educadas, particularmente as crianças, a praticar e aprimorar suas habilidades de leitura e escrita, enquanto avaliam e aprimoram o que aprenderam? Há muitos desafios nessa área, pois é bastante intensa. É óbvio que as pessoas não têm interesse em livros, revistas e jornais, mas o telefone móvel é um concorrente significativo desses, junto com o papel e o lápis. Não importa se ele está conectado à internet ou não, se possui jogos ou aplicativos e pode ser transportado para qualquer lugar (até mesmo para o banheiro), há pouco que você possa fazer para protegê-lo do acesso de indivíduos privados
No entanto, se seu filho for bem orientado, especialmente uma criança, você poderá substituir caneta e papel por um telefone celular e pela Internet. Seria mais prático e um melhor aproveitamento da tecnologia e do tempo.
Observe, não se menciona videogames ou computadores... É evidente que as condições socioeconômicas de grande parte da população limitam o acesso à tecnologia, e essas mesmas circunstâncias, combinadas com a escassez de coisas boas, têm sido um obstáculo para o acesso à tecnologia. As bibliotecas e livrarias públicas possuem boa infraestrutura e são numerosas para atender à demanda e restringir o acesso a livros, jornais e revistas. Com a escassez de bibliotecas públicas e o alto custo dos materiais impressos, aprender a ler e escrever torna-se praticamente inalcançável, e as iniciativas para incentivar a alfabetização se enfraquecem e, no final das contas, falham.
Certos estudos indicam que as crianças possuem habilidades de assimilação superiores às dos adultos. Recriam o jogo, imitam os adultos, ligam palavras a objetos e objetos (na casa onde se dizia "vamos comprar uma mortadela", a menina expressou seu desejo de "uma motocicleta feminina"). Assim, é aconselhável utilizar as habilidades de assimilação das crianças desde cedo, para auxiliá-las no aprendizado da leitura e escrita, oferecendo condições para que possam realizá-lo de maneira eficiente. Neste contexto, a classificação da Soares é:
Contentam-se em ensinar a ler e escrever; deveriam, em seguida, criar condições para que os alfabetizados passassem a ficar imersos em um ambiente de letramento, para que pudessem entrar em um mundo letrado, no qual tenham acesso à leitura e a escrita, e acesso aos livros, revistas e jornais; tenham acesso às livrarias e bibliotecas, vivam em tais condições sociais e que se tornem atraídas pela a leitura e a escrita, tornando-se uma necessidade e uma forma de lazer. (Soares 2001 pg.55).

É espantoso quando os meios de comunicação noticiam apreensão sobre os altos índices de "analfabetismo" em nações como os Estados Unidos, França e Reino Unido. Como é possível existir elevados índices de analfabetismo nestes países, onde a educação básica é de fato obrigatória e quase todos os cidadãos concluem o ensino fundamental (nestes países, a educação dura mais tempo que no Brasil, sendo 10 anos nos Estados Unidos e França e 9 anos no Reino Unido). No entanto, ao traduzir as preocupações desses países para o português, os nossos meios de comunicação interpretam Iliteracy (inglês) e Ilitrisme (francês) como analfabetos. Na realidade, esses países não possuem analfabetismo, pois a quantidade de indivíduos analfabetos é próxima de zero.
Não se refere ao nível de analfabetismo, mas aos desafios que adultos e jovens encontram para usar corretamente o processo de leitura e escrita. No Brasil, o índice de analfabetismo ainda está distante de zero, devido à insegurança na educação e à falta de políticas públicas apropriadas. Além de outros aspectos, é injusto comparar a men-

talidade política do Brasil com a dos países citados anteriormente. Assim, o simples fato de o ensino fundamental ser obrigatório indica que o grau de desenvolvimento do Brasil é exaltado no Brasil. Isso evidencia que estamos muito acima do patamar que desejamos atingir.

Os obstáculos enfrentados por esses países em relação à alfabetização provavelmente não são na mesma proporção que os mencionados anteriormente. Provavelmente, esses dois processos que acontecem na educação do Brasil, conforme explicado por Soares, não devem ser confundidos. "Quando a criança adquire a habilidade de ler e escrever, a leitura e a escrita adquirem um sentido de autonomia e independência, dando prioridade à leitura e à escrita" (Soares, 2003. pág. "11".

A palavra "literacy" foi transposta do inglês, convertida em alfabetização e posteriormente incorporada ao vocabulário do português brasileiro. Primeiramente, por falta de uma definição precisa desta palavra que defina seu uso e aplicação no processo de ensino-aprendizagem (existem algumas suposições). Ademais, a interconexão e a semelhança entre a alfabetização e a leitura geram algumas contradições entre uma prática e outra. Finalmente, segundo Soares (2003, p. 11), as crianças têm conhecimento de leitura e escrita, mas não possuem habilidade para ler nem escrever.

Especificamente, a sequência natural do processo educacional seria invertida, pois as pessoas não seriam aptas a exercer a cidadania por meio da leitura e escrita sem ter um sistema de alfabetização. A base da alfabetização consiste em ler o que foi escrito e expressar seus pensamentos e reflexões por meio da escrita. Com base nesse conceito, a alfabetização serve para auxiliar as pessoas a estruturar suas ideias, organizá-las de maneira lógica e entender a razão pela qual leem e escrevem, por meio do hábito constante de ler e escrever (processos fundamentais de leitura e escrita).

Durante este debate, parece que a alfabetização é o que se aprende no primeiro ano escolar: o aprimoramento das habilidades de leitura e escrita. Este período, que abrange os três primeiros anos do ensino fundamental, é conhecido como ciclo de alfabetização e tem como objetivo auxiliar as crianças no aprendizado e domínio da leitura e escrita. Neste estágio, as crianças compreendem que a soma de 1+1 resulta em 2. A grafia correta da letra b deveria ser "bê". Exemplos incluem b+a e ba. Se ele debatesse e invertesse a sequência da educação, ensinando a ler e escrever no primeiro ano escolar, ele assumiria, por sua sugestão, que você aprimorou o que aprendeu. Durante o processo de adaptação gradual à realidade, a escrita evoluiu de diversas formas. Esta circunstância requereu um procedimento que aproximasse a escrita da tradição oral. Inicialmente utilizado como apoio para a narração oral de histórias, e posteriormente, pela primeira vez, foi utilizado para a tradução vocal. A ambiguidade do registro gráfico e a necessidade de decifrar o significado de palavras e sons que não podem ser convertidos em imagens determinam essa situação. Neste procedimento inicial, as letras não atuavam como palavras. Assim, segundo os autores, a escrita demonstrou ser uma estrutura autônoma desde o começo e só foi preenchida com palavras ao longo dos séculos. Nesse sentido,

Dizer que as sociedades sem escrita e os analfabetos estão do lado do mito e que na escrita e a vida da racionalidade e restringir seriamente a palavra e a escrita (...) e por se reduzir a escrita no seu sentido escrito de notação linear e fonética que se opera essa dicotomia um pouco simplicista; seria possível dizer que a escrita pode ser dotada da mesma intensidade do imaginário que a palavra de um povo sem escrita (BARTHES; MARTY, 1987,p.53).

O desenvolvimento da escrita como a conhecemos atualmente ocorreu por razões econômicas e administrativas, atuando como um meio de expressão do poder político e religioso. Portanto, a democratização e sua implementação têm uma função ideológica na manutenção do "poder". Referimo-nos novamente a Barthes e Marty (1987). As diferenças entre sociedades letradas (ou não letradas) são distintas e, por isso, requerem uma análise mais detalhada. Métodos de ensino que harmonizam a alfabetização e a leitura. Um componente fundamental da metodologia de ensino é reconhecer que os

alunos já têm conhecimentos prévios.
Portanto, é fundamental que os professores avaliem o conhecimento dos alunos e determinem se é preciso iniciar e planejar as atividades. Este material se baseia na prática social, permitindo que os alunos identifiquem comportamentos sociais. Isso permite que eles reconheçam que o saber científico é parte integrante de suas vidas e pode auxiliar na melhoria da sociedade, acumular conhecimento de forma progressiva e desenvolver uma postura para transformar a sociedade.
Subjacente a estas proposições, estão as duas principais dimensões que se referem ao letramento: a dimensão individual e a dimensão social. Na dimensão individual o letramento é visto como um atributo do indivíduo, um conjunto de habilidades as quais ele lança mão. Desta forma, é "simples posse individual das tecnologias mentais complementares." (Wagner apud SOARES, 2006, p.66).

A instrução da linguagem escrita deve ser realizada por meio de atividades de comunicação pessoal e textos representativos do gênero. Portanto, aprender experimentando a língua em uso torna o aprendizado relevante e imprescindível. Viver em um universo baseado em gráficos como o nosso, e aprender com "textos" que não possuem significado e estão desvinculados da realidade, é impossível. Assim, as tarefas relacionadas ao uso do sistema alfabético devem ser executadas simultaneamente às atividades de leitura e escrita.
Quem aprendeu o sistema tradicional de alfabeto e ortografia é considerado alfabetizado, ou seja, possui as características linguísticas deste assunto e, consequentemente, possui competência. Um indivíduo alfabetizado é aquele que "não só conhece, mas também aplica o processo socialmente e o mantém como um hábito habitual, atendendo adequadamente às necessidades sociais de leitura e escrita" (Soares, citado p. (40).
No entanto, é conhecido que o fenômeno da alfabetização é intrincado, pois abrange uma gama de conhecimentos, competências, valores, usos e funções sociais, o que o torna complexo para ser definido e, principalmente, avaliado.

Subjacente a estas proposições, estão as duas principais dimensões que se referem ao letramento: a dimensão individual e a dimensão social. Na dimensão individual o letramento é visto como um atributo do indivíduo, um conjunto de habilidades as quais ele lança mão para ler e escrever. Desta forma, é "simples posse individual das tecnologias mentais complementares de ler e escrever" (WAGNER APUD SOARES, 2006, p.66).

No entanto, segundo Soares (2006), na perspectiva social da alfabetização, encontramos interpretações divergentes para entendê-la. Logo, há uma versão mais suave ou liberal e uma mais intensa ou revolucionária. Neste contexto, a alfabetização é vista como um fenômeno que engloba o saber acumulado em um contexto social. Não é porque uma pessoa é analfabeta que ela não tem o costume de ler e escrever. Conforme Soares (2008), ao escrever uma carta ou solicitar que alguém a leia para ele, um adulto analfabeto está familiarizado com as características, convenções e estruturas de frases típicas da alfabetização.
Este indivíduo é analfabeto, porém tem um grau de alfabetização que atende às suas necessidades em um contexto social. É o contexto social em que vive que determina o seu grau de entendimento sobre o processo, uma vez que os níveis sociais, econômicos e culturais da população estão diretamente ligados ao mesmo. Este estudo conclui que as escolas são apreciadas como instituições fundamentais para a alfabetização e fatores cruciais para a sua promoção.
Segundo Soares (2008), para entrar no universo da alfabetização, é imprescindível, primeiramente, uma educação efetiva e real da população. Além disso, é imprescindível ter acesso a materiais de leitura, como livros, revistas, jornais, livrarias e bibliotecas. Assim, atualmente, não é suficiente simplesmente proporcionar aos indivíduos acesso ao sistema linguístico, é preciso ir além da alfabetização. Isso demanda uma educação que considere a diversidade de textos que circulam na sociedade, com definições estabelecidas de acordo com as recomendações e métodos apropriados. Para Bakhtin (2003, p.261):

A língua “efetua-se em forma de enunciados concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana”. Desta forma, compreende-se que em nossa vida diária, em nossas interações, utilizamos enunciados, isto é, sentidos completos destinados a alguém, em determinado momento social e histórico. (BAKHTIN 2003, p.261).

A primeira corrente, o subjetivismo idealista, considera a linguagem apenas como um ato de comunicação. Dito de outra forma, a linguagem é uma autêntica invenção do indivíduo e uma manifestação de sua própria essência. A linguagem é percebida como um produto final, um depósito imutável, alheio ao contexto histórico e social. De acordo com o escritor, a linguagem é um contínuo fluxo de atos de fala, após os quais nada permanece estável e nada preserva sua identidade. Bakhtin/Volochinov (2004) também criticaram o objetivismo abstrato. A linguagem é percebida como um conjunto de formas linguísticas inalteráveis e uniformes, que podem ser analisadas. Nesta perspectiva, o papel primordial da linguagem é atuar como instrumento de comunicação. Assim, a linguagem é vista apenas como um código.. Nesse sentido, Bakhtin/Volochinov (op. cit., p.95) afirma que na verdade:

[...] não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. (op. cit., p.95)

De acordo com Cagliari (1991), "O maior equívoco das instituições de ensino é ensinar o português a falantes nativos como se fosse uma língua estrangeira". A finalidade de ensinar o idioma nativo é demonstrar seu uso e estilo. Isso implica que os enunciados são elaborados com base nos diversos campos de atuação que as pessoas já têm, bem como nos diversos campos discursivos pelos quais passamos. Os gêneros textuais surgem em áreas ou contextos da comunicação, tais como direito, jornalismo, religião, publicidade, saúde e negócios. Ao ver os gêneros como emblemas de várias atividades comunicativas entre as pessoas, realçamos sua amplitude e variedade. .A este respeito, Bakhtin (2003, p.262) ressalta:

A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexificar um determinado campo. , (BAKHTIN 2003, p.262).

Kleiman (2010) defende que devemos "ensinar alfabetização" por meio de uma metodologia baseada no gênero discursivo. Portanto, emerge a noção de que as competências e habilidades resultantes da alfabetização devem ser aprimoradas e ensinadas para que os estudantes possam ler e entender os variados gêneros usados não apenas no ambiente escolar, mas também na sociedade como um todo. Por exemplo, quando um professor apresenta aos alunos uma notícia de jornal, eles debatem o título, destacam que se trata de um acontecimento ocorrido em um local específico e com um assunto específico, buscam referências e analisam fotografias. Autor de Notícias. Finalmente, deveríamos ensinar as competências necessárias para os leitores competentes acessarem diversos gêneros, porém, a maioria das crianças de famílias com pouca exposição a materiais escritos não tem essa oportunidade. Ainda não as adquiriu. Estas e outras competências fundamentais para o uso social da leitura e da escrita merecem ser abordadas por meio do “ensino em sala de aula”. Mas desenvolver suas habilidades discursivas significa dominar uma variedade de gêneros textuais.. Para Bakhtin:

Quanto melhor dominamos os gêneros tanto mais livremente os empregamos, tanto mais plena e nitidamente descobrimos neles a nossa individualidade (isso é possível e necessário), refletimos de modo mais flexível e sutil a situação singular da comunicação; em suma, realizamos de modo mais acabado o nosso livre projeto de discurso. (BAKHTIN, 2003, p. 285).

No seu estudo, Vigotski (2007) destaca a importância e a relevância de dominar esse

intrincado sistema de símbolos escritos. Segundo os escritores, isso simboliza um avanço significativo no entendimento da criança, resultando em significativas alterações nos processos cognitivos. Essas alterações são componentes cruciais para um desempenho mental mais elevado, pois possibilitam o acesso a níveis mais abstratos de pensamento simbólico que anteriormente não estavam acessíveis.

Segundo Vygotsky (op. cit.), a cultura é um componente crucial para o autor, pois a evolução humana ocorre por meio dela. Somente nesse momento um ser biológico se estabelece como um sujeito histórico e social. Mostra apenas traços básicos característicos dos animais, sem interação com outros indivíduos.

Um ponto importante enfatizado por Vygotsky (op. cit.) é que a escrita deve ser ensinada de forma natural. Nesse sentido, o autor argumenta contra as tarefas de escrita orientadas para o movimento, e a educação deve levar em conta que a escrita é uma atividade cultural complexa. Segundo o autor:

[...] a escrita deve ter significado para as crianças, que uma necessidade intrínseca deve ser despertada nelas e a escrita deve ser incorporada a uma tarefa necessária e relevante para a vida. [...] Só então poderemos nos certificar que haverá o desenvolvimento não só do hábito de mãos e dedos, mas como uma forma nova e complexa de linguagem. (VIGOTSKI, 2007, p. 144).

A construção da linguagem torna-se assim artificial e marcado por estereótipos, crenças e valores que não ajudam a integração dos alunos no mundo letrado. Vigotski (2007) empreende uma crítica com relação a essa concepção mecanicista de trabalho com a linguagem escrita, afirmando que:

[...] a escrita ocupou um lugar muito estreito na prática escolar, em relação ao papel fundamental que ela desempenha no desenvolvimento cultural da criança. Ensina-se a desenhar letras e construir palavras com elas, mas não se ensina a linguagem escrita. Enfatiza-se de tal forma a mecânica de ler o que está escrito que se acaba obscurecendo a linguagem escrita como tal (VIGOTSKI, op. cit, p. 125).

Assim, o aprendizado se torna relevante e imprescindível conforme os estudantes aprendem e experimentam a linguagem empregada. Viver em um universo baseado em gráficos como o nosso, e aprender com "textos" que não possuem significado e estão desvinculados da realidade, é impossível. Assim, as atividades voltadas para o sistema alfabético devem ser executadas simultaneamente às atividades voltadas para a alfabetização. Neste cenário, assim como em outras circunstâncias educacionais, a intervenção dos professores é crucial para assegurar a participação dos estudantes e motivá-los a se tornarem leitores e escritores práticos.

Ele tem a responsabilidade de introduzir na sala de aula as práticas sociais essenciais para a leitura e escrita. Conforme Gouveia e Orensztejn (2006) destacam, a leitura compartilhada tem se mostrado uma das táticas mais eficientes para incentivar a alfabetização. Ademais, irá auxiliá-lo a ampliar seu entendimento e cultivar o gosto por outras leituras, entender o papel comunicativo da escrita, entender a conexão entre falar e escrever, conhecer as particularidades dos variados tipos de textos, entre outros aspectos. Nesse sentido, a ligação entre literatura infantil e alfabetização é destacada como uma medida necessária. Costa ressalta que:

A linguagem não funciona dessa maneira isolada: ela é associativa, uma rede de sentidos. Erra, mais ainda, o professor ao deixar de investigar com maior profundidade o pensamento expresso no texto. Em lugar desse questionamento, o professor transfere ao aluno a possibilidade de opinar, sem que o estudante tenha sequer compreendido o texto, já está o professor a perguntar-lhe a opinião. O posicionamento critica a concordância ou discordância com o autor. (COSTA, 2003, p.4).

É importante que a criança seja levada a posicionar-se criticamente diante do texto, ou seja, aprenda analisar a intenção do autor e suas ideias, confrontando as mesmas com suas próprias, construindo dessa forma novos conhecimentos.

Nesse sentido, Abaurre, citado por Costa, afirma:

Se o objetivo do trabalho com a leitura de textos é a constituição de leitores com uma gama variada de conduzir a, de leitores capazes de ler para informar; para estudar e entender a visão do autor; para compará-lo com o de outros autores; para buscar e construir novos conhecimentos; para fruir, apreciar e refletir sobre o conteúdo, a estrutura textual ou os recursos de linguagem utilizados; para relacionar o texto lido com outros; para criticar aspectos do texto ou da realidade nele inserida; e etc, o aluno deve ser exposto a textos reais (e não artificialmente construídos, para enfatizarem um aspecto de ordem (gramatical "ou temático".) (ABAURRE, 1998, p.5-26 apud COSTA, 2003, p.5).

Considerando o exposto, enfatizamos que a leitura não pode ser realizada apenas com textos criados para a prática linguística. A alfabetização implica na escolha criteriosa e variada de textos para serem abordados em sala de aula, e a literatura infantil tem um papel crucial nesse processo. Este princípio lúdico atua como orientação, pois é inerente ao universo infantil. A literatura para crianças estimula a curiosidade e simplifica o acesso ao conhecimento da linguagem e à sua expressão por meio da escrita.
Conforme Maia (2011), "[...] a literatura possibilita que a criança adquira a realidade de maneira divertida, interaja com a ficção, descubra o prazer que um texto literário proporciona e valorize a linguagem utilizada nesse texto". (Maia, Citado por Chávez, 2011). 1976. Afirmar a indissociabilidade entre a alfabetização e o processo de leitura e escrita implica que, na estruturação das práticas de ensino, existem ações voltadas para o ensino de sistemas de escrita e ações focadas na introdução das crianças ao universo das letras. Isso implica que é necessário considerar ambos. Sob essa ótica, a linguagem possui uma dupla relevância: além de ser um meio de interação entre as crianças, desempenha um papel crucial no processo de aprendizado e crescimento delas. Dessa maneira de entender a linguagem, surgem algumas implicações metodológicas: não é necessário que a criança aprenda a ler e escrever primeiro para, somente após alcançar um certo grau de compreensão do código linguístico, se aventurar no universo da escrita, mais especificamente, no universo de encantamento e magia que experiências significativas com a literatura podem oferecer.
Para tanto, convém envolver as crianças, desde a mais tenra idade, em eventos de letramento: "situações em que a escrita constitui parte essencial para fazer sentido à situação, tanto em relação à interação entre os participantes como em relação aos processos e estratégias interpretativas" (KLEIMAN, 1995, p. 40).

Dentre os muitos eventos de letramento, os atos de narrar e ler histórias se constituem práticas prazerosas e significativas para as crianças, seja nos lares ou em instituições educativas. Um dos principais objetivos da leitura ou da narração de histórias na escola é estabelecer interação entre as crianças e a linguagem escrita,
"de modo a possibilitar uma intimidade prazerosa, uma relação afetiva com a natureza dessa modalidade de linguagem" (Maia, 2007, p. 95).
[...] a possibilidade de conhecer o uso real da escrita, já que é ouvindo e tentando fazer leituras de textos com mensagens que remetem ao universo, às vezes real, às vezes imaginário, que ela descobre a língua escrita como um sistema linguístico representativo da realidade. É ouvindo mensagens com contextos significativos que a criança se insere num processo de construção acerca da linguagem; aprendizado, portanto, diferente do processo de simples domínio de codificação e decodificação de sentenças descontextualizadas e tão comuns nas cartilhas (MAIA, 2007, p. 82).

No entanto, essas práticas precisam ser organizadas e planejadas previamente. Este planejamento compreende, de maneira geral, quatro etapas: conhecer a história antes de compartilhá-la com as crianças e analisar seu enredo; investigar a vida do escritor (e do ilustrador); estabelecer as táticas e recursos pedagógicos mais apropriados para a história escolhida; criar os recursos selecionados. Antes de narrar uma história para crianças, é imprescindível analisar o enredo, procurar o significado de palavras desconhe-

cidas, confirmar se a história selecionada é apropriada para a idade do público, conferir o enredo, personagens principais, secundários e eventuais personagens secundários, entender o cenário, o contexto histórico da história (local, época, civilização), analisar a qualidade do texto e aprimorar a fluidez da leitura. Em última análise, é essa compreensão profunda que importa.

Compreender o enredo, os personagens e o cenário de uma narrativa pode auxiliar os docentes na seleção das táticas e instrumentos de ensino mais adequados para uma narrativa. Dohme (2010, p. 27) declara: "Esses elementos evidenciam os desafios na elaboração de personagens e cenários, bem como os aspectos que podem ser explorados para conferir uma tonalidade única à narrativa". "Isso evidencia", destaca. Além do próprio livro, existem diversos recursos à disposição para auxiliá-lo a narrar histórias. As bonecas são as mais frequentes. Adicionalmente, existem biqueiras, flanelas, álbuns de séries, teatros de sombras, aventais, TV por assinatura, pranchas sanfonadas, cartazes e muito mais.

CONCLUSÃO

A alfabetização deve ser vista como um processo onde os indivíduos interagem com o mundo com a intenção de alterá-lo, reafirmando dessa forma sua liberdade e evitando a alienação. Notou-se que, conforme os estudantes assimilam os usos e funções sociais da leitura e escrita, eles se aproximam da cultura escrita. Com base neste princípio, os professores devem elaborar a estratégia mais eficaz para auxiliar as crianças no processo de aquisição da linguagem, notação alfabética e gêneros textuais.

Os gêneros são ferramentas pedagógicas eficazes, servindo como um canal de esclarecimento entre as normas sociais e as metas escolares, particularmente no ensino de composição oral e escrita. Portanto, é necessário ponderar sobre os processos, conceitos, práticas e objetivos da leitura e da escrita. Embora não se possa contestar a análise de certos autores, quando se observa que os analfabetos escrevem cartas ou solicitam que alguém as leia, é frequente questionar o valor da alfabetização como meio de adquirir conhecimentos tangíveis.

Ele não é educado para ele, mas, mesmo sendo educado, seus argumentos continuam inconsistentes. Da mesma forma, um adulto analfabeto acumulou vastos conhecimentos durante sua vida, fundamentados em suas experiências passadas.

Assim, ao redigir uma carta, ele tem consciência do que deseja comunicar. Isso também se aplica quando alguém lê uma carta para ele. Ele compreende o que é mencionado a ele. Aqui está. O seu saber contribuirá para a sua sobrevivência em seu ambiente, e isso é tudo. Indivíduos educados também adquirem experiência de vida, possibilitando-lhes expandir a compreensão de seu ambiente social.

A incorporação da literatura infantil na sala de aula e no contexto social mais amplo da criança é essencial para proporcionar a elas a alegria de aprender. As instituições de ensino têm a responsabilidade de fomentar o gosto pela leitura e escrita durante os anos escolares. Existem diversas formas de aprimorar sua habilidade de narrar histórias. Assim, é crucial que os educadores empreguem o aprendizado planejado e consciente para oferecer às crianças uma introdução relevante ao universo da alfabetização e promover o hábito de leitura e escrita. É crucial enfatizar que a utilização da literatura infantil não deve ser dissociada do processo de ensino e não deve ser usada apenas como forma de entretenimento. É responsabilidade de o docente utilizá-los corretamente. É das autoridades responsáveis por assegurar a segurança das pessoas. É papel das escolas apresentar às crianças o mundo da literatura infantil, por isso é importante que as práticas educativas sejam intencionais.

REFERÊNCIAS

ANA CLAUDIA. B.L.KATHRYN. M. P. Letramento e Minorias, 3ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.

Antonio Augusto G. B. Ana Maria O. G. Leitura: Práticas, Impressos Letramentos, 2ª ed. – Belo Horizonte: Autentica. 2002.

BAKHTIN, Mikhail. Estética da Criação Verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, Mikhail /VOLOCHINOV. Marxismo e Filosofia da Linguagem. São Paulo: Hucitec, 2004.

CAGLIARI, Luis Carlos. Alfabetização & Linguística. São Paulo: Scipione, 1991.

FERRARO (FERRARI), Alceu R. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos? Educação e Sociedade, São Paulo, v.23, n.81, p.21-47, dez. 2002.

FRANCHI, Eglê, Pedagogia do alfabetizar letrando: da oralidade á escrita. 9ª ed. São Paulo: Cortez 2012.

FREIRE, P. A Importância do ato de ler, 23 ed. São Paulo: Editora Cortez, 1991. _____. Educação e mudança, 12 ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

_____. Pedagogia da autonomia, 35 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

MORAIS, A. G.; LEITE, T.S. Como promover o desenvolvimento das habilidades de reflexão fonológica dos alfabetizando? In MORAIS, A.; ALBUQUERQUE, E. e LEAL, T. Alfabetização: apropriação do sistema de escrita alfabética. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2005, pp. 71-88.

MORAIS, A. G. Se a escrita alfabética é um sistema notacional (e não um código), que implicações isto tem para a alfabetização? Em MORAIS, A.; ALBUQUERQUE, E. e LEAL, T. Alfabetização: apropriação do sistema de escrita alfabética. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2005 a, pp. 29-45.

SALLA, Fernanda. O que afeta a criança. Revista Nova Escola. Ano XXVI. Nº246.Outubro de 2011.

SOARES, Magda Becker, (1998). Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica.

_____ (2003). Alfabetização: a ressignificação do conceito. Alfabetização e Cidadania, nº 16, p 9-17, jul.

SOARES, Magda. Letramento e escolarização. In: Letramento no Brasil, reflexões a partir do INAF 2001 (org.) Vera Massagão Ribeiro – 2ª Ed. – São Paulo, Global, 2004.

_____. Alfabetização e Letramento. 5ª ed., São Paulo: Contexto, 2008.

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

TFOUNI, L.V. Letramento e alfabetização. São Paulo: Cortez, 1995.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. A formação Social da Mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 2007.